

GDF aplicará superávit

economia

obtido em 85 na erosão

28 FEV 1986

A Secretaria de Finanças soube, em 1985, dosar muito bem o apetite do seu temido Leão com a mão aberta que esvazia os cofres públicos. Ao mesmo tempo que soltou seu Leão para atacar ferozmente quem poderia atacar — os indefesos contribuintes —, fechou até onde pôde os cofres e apertou os dedos das mãos que só queriam gastar. O resultado foi um superávit de Cr\$ 105 bilhões em sua receita orçamentária e financeira.

Com essa política da Secretaria de Finanças de devorar sem piedade e gastar com critérios, os maiores beneficiados serão os microempresários e os moradores das áreas já atingidas ou ameaçadas pela erosão, como a Ceilândia, Gama, Asa Norte e Taguatinga. Isso porque, desses Cr\$ 105 bilhões, Cr\$ 16 bilhões serão repassados ao Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (Fundefe) para incentivar microempresas, indústrias e serviços.

Dos Cr\$ 89 milhões restantes, o Governo do Distrito Federal tem direito a 85 por cento para aplicar em projetos e obras de interesse público. Nesse caso, um dos programas prioritários é o combate à erosão, que receberá boa parte desse dinheiro, conforme ficou decidido em duas reuniões realizadas anteontem e ontem entre o governador interino, Guy de Almeida, e os secretários de Governo, José Carlos Mello, e o de Finanças, Marco Aurélio Araújo.

Foram dois fatores que con-

tribuíram decisivamente para esse superávit: os créditos suplementares repassados pela União e a redução de 60 para 30 dias no prazo de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). No primeiro caso, prevaleceu a astúcia de saber pedir à União e a cautela em gastar de acordo com as necessidades. Dessa forma, a receita orçamentária obteve um superávit de Cr\$ 70 bilhões no exercício de 1985.

No segundo caso, a antecipação do recolhimento do ICM confirmou que o comércio de Brasília anda bem em termos de caixa. Algumas médias e grandes empresas do DF tentaram "esquecer" a mudança de prazo; o Leão não perdoou e cobrou com multa. Mas a maioria recolheu no prazo certo. Resultado: a arrecadação tributária superou as estimativas iniciais, tanto que em outubro e novembro do ano passado foram arrecadados Cr\$ 59 bilhões em cada mês. Já em dezembro essa arrecadação subiu para Cr\$ 151 bilhões, graças às boas vendas, que o comércio teve nos meses de outubro e novembro. Com isso foi possível obter um superávit no orçamento financeiro de Cr\$ 35 bilhões.

A QUEDA DO TRIGO

Embora animado com os resultados, o domador do Leão da Secretaria de Finanças, o secretário Marco Aurélio Araújo, só teme uma ameaça para a possível queda na arrecadação deste ano: a redução

das importações de trigo. Isso porque todo o ICM do trigo é repassado para o Distrito Federal e esse ICM representa 34 por cento da arrecadação total. Assim, reduzindo as importações do produto cai o ICM e, conseqüentemente, o DF arrecadará menos e terá menos recursos em seu orçamento financeiro.

A redução do ICM do trigo, na verdade, vem ocorrendo a cada ano. Em 1973, por exemplo, ele representava 57,9 por cento do total da receita tributária. Em 1985 representou apenas 31,36 por cento. Para 1986 a estimativa da Secretaria de Finanças é arrecadar Cr\$ 880 bilhões, mas diante dos resultados obtidos nos dois primeiros meses deste ano, Marco Aurélio Araújo acha quase impossível conseguir isso, pois a arrecadação em janeiro e fevereiro foi de apenas 6 por cento quando o esperado era 12 por cento.

A salvação, segundo o secretário, está numa medida que não agrada ao Brasil: aumentar as importações de trigo. A previsão é de que o Governo importe 2 milhões de toneladas do cereal para completar a produção nacional e alcançar as 5,4 milhões de toneladas necessárias ao consumo interno. Se o País importar apenas essas toneladas, o DF será prejudicado seriamente. Por isso, o secretário de Finanças está torcendo para que se concretize a informação de que, em vez de 2 milhões, o Governo importará 3 milhões de toneladas.